



CARLOS SANTIAGO
csantiago@jj.com.br

Educação

Os vereadores de Jundiaí têm encontro marcado, hoje pela manhã, com o gestor de Governo e Finanças, José Antonio Parimoschi – que também acumula a gestão interina da Educação. Os parlamentares têm recebido diversas queixas e demandas relativas à área – que, agora, vão levar ao interino.

Autógrafos

Paulo Tafarello (que foi candidato a prefeito de Jundiaí pelo PSOL nas últimas eleições) anuncia o lançamento do livro “A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro e o declínio do ‘Socialismo Real’”. A noite de autógrafos será no próximo sábado (27), a partir das 19h, em hotel na avenida 9 de Julho, 3.401. O livro foi editado pela In House.

Pauta

Seis projetos de lei, uma moção e dois vetos apostos pelo Executivo estarão na pauta de hoje da Câmara Municipal. Os vetos são a dois projetos de lei: o primeiro, de Wagner Ligabó (PPS), que prevê vistoria periódica em marquises e sacadas; o segundo, de Cícero da Saúde (PROS), que prevê, na rede municipal de saúde, agendamento telefônico de consultas para idosos, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Louveira

A Santa Casa de Louveira deve receber uma emenda de R\$ 500 mil, destinada pelo deputado federal Miguel Haddad (PSDB). O prefeito louveirense Júnior Finamore (PTB) já agradeceu, em visita recente a Brasília, ao deputado pela liberação dos recursos.

Cajamar

O juiz Jefferson Barbin Torelli proferiu sentença, ontem (22), de cassação do mandato da prefeita e da vice-prefeita de Cajamar, respectivamente Paula Ribas (PSB) e Dalete Oliveira (PCdoB), por abuso de poder econômico nas eleições de 2016. É a terceira sentença no mesmo sentido. Ainda cabe recurso.

Concurso

A Prefeitura de Itupeva encaminhou nota oficial, no final da tarde desta segunda-feira (22), comunicando a validação dos seis concursos públicos realizados em 2016. Tal decisão foi tomada após submeter o caso à apreciação da Justiça. Com isso, a homologação dos concursos afasta o prejuízo aos candidatos que participaram das provas. Em relação a possíveis irregularidades, segundo a nota, “todos os documentos pertinentes à contratação das empresas que executaram os seis concursos públicos em 2016 serão remetidos ao Ministério Público” para apuração de eventual ato de improbidade administrativa. Em relação aos aprovados, a prefeitura fará um novo comunicado para orientações e procedimentos acerca do chamamento.

► FOGOS DE ARTIFÍCIO

Proprietários de casas de fogos de artifício e entidade de classe prometem ir à Justiça para manter a comercialização

Comerciantes vão à Justiça se projeto for aprovado

CARLOS SANTIAGO
csantiago@jj.com.br

Comerciantes de fogos de artifício de Jundiaí e a Associação Brasileira de Pirotecnia (Assobrapi) prometem resistir e apelar nas instâncias jurídicas que forem necessárias para manter o direito da venda de fogos com estampido no município. Buscar a Justiça será a medida adotada caso seja aprovado um projeto de lei – de autoria dos vereadores Faouaz Taha (PSDB), Leandro Palmarini (PSDB), Rafael Antonucci (PSDB) e Paulo Sérgio Martins (PPS) – impedindo o comércio destes produtos.

O assunto será objeto de audiência pública nesta quinta-feira, às 19 horas, na Câmara. Mas, antes mesmo do momento das discussões, Lucas Buiochi, proprietário de loja de fogos na Vila Liberdade e diretor da Assobrapi, já antecipa que a entidade (assim como tem feito em outros municípios) vai lutar na Justiça. De acordo com Buiochi, a Assobrapi tem recursos impetrados em Santos e em Campinas (onde leis semelhantes foram aprovadas) contra as prefeituras locais, para que o comércio volte a ser efetuado.

Segundo Buiochi – que levará à audiência seus familiares, amigos e clientes –, a questão é definida por lei federal. Trata-se do decreto

Audiência pública para discutir a proibição de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos de efeito sonoro será na próxima quinta-feira (25), às 19 horas, na Câmara Municipal de Jundiaí



LOJISTA Lucas Buiochi, proprietário de loja e diretor da Assobrapi, diz que tema é regulamentado por decreto federal

3.665/2000 que, em seu artigo 139, parágrafo 1º, diz que ‘as legislações policiais e das prefeituras não poderão divergir e nem conflitar com as normas deste regulamento’. “Mesmo assim, alguns municípios estão querendo discutir o tema. Nosso departamento jurídico tem apelado para a inconstitucionalidade”, informa.

Um dos autores do projeto, no entanto, o vereador Faouaz Taha afirma que o projeto de lei recebeu parecer de ‘constitucional e le-

gal’ da Comissão de Justiça e Redação do Legislativo. Faouaz acrescenta que, desde janeiro, percorreu – ao lado dos vereadores que assinam a proposta – clínicas veterinárias, visitou defensores e profissionais que trabalham com idosos e conversou, também, com gente que sofreu danos psicológicos ou físicos por consequência de fogos de artifício. “Concluímos que a lei é boa e que estamos no caminho certo. Já somamos mais de 1,7 mil assinaturas à campanha ‘Rojão em Jun-

diaí, não’ – sinal que as pessoas também estão entendendo a importância da lei”.

Lucas Buiochi contesta, também, esse ponto. “Os vereadores argumentam que há morte de animais e casos de prejuízo físico a pessoas, mas ninguém mostra estatísticas ou relatórios a respeito”, afirma.

O projeto de lei proíbe a soltura de fogos com estampido – mas Buiochi diz que o prejuízo será geral. Questionado sobre os diversos tipos de produtos existentes que es-

tariam a salvo, pela legislação, ele ironiza: “Até biribinha e chuva de prata fazem barulho.”

Faouaz retoma o debate, enfatizando que a audiência pública foi convocada justamente para que se ouçam os dois lados. “Sabemos que é uma discussão ampla e convidamos todos a participar, pois é uma questão de saúde pública.”

Após a audiência pública, o projeto deverá entrar em pauta para discussão e votação.

► NO STF

Defesa de Temer desiste de recurso que pedia suspensão de inquérito

A defesa do presidente Michel Temer desistiu nesta segunda-feira (22) do recurso no qual solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão das investigações relacionadas ao presidente. A medida foi tomada após o anúncio de que a Corte autorizou a Polícia Federal a realizar uma perícia no áudio entregue pelo empresário Joesley Batista em seu depoimento de delação premiada.

De acordo com um dos representantes de Temer, o advogado Gustavo Guedes, após o deferimento de perícia, a defesa está satisfeita e não quer mais o julgamento do recurso. Guedes também anunciou que a defesa contratou uma perícia particular para analisar o áudio. Segundo o advogado, foram encontrados “70 pontos de obscuridade no material”.

“A defesa do presidente apresentou petição dizendo agora: nos sentimos atendidos com o deferimento da perícia e a partir desse laudo que nós juntamos agora, que nos dá segurança, nós queremos agora que isso se resolva o mais rapidamente possível”, disse.

A abertura do inquérito sobre Temer por corrupção passiva, organização criminosa e obstrução da Justiça foi autorizada pelo minis-



PRESIDENTE Michel Temer é investigado por corrupção passiva, entre outros crimes

tro Edson Fachin na quinta-feira (18), a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Segundo o Ministério Público Federal, em encontro com o empresário Joesley Batista, Temer deu aval para que ele continuasse a pagar uma espécie de mesada ao ex-deputado Eduardo Cunha e ao doleiro Lúcio Funaro, ambos presos, para que continuassem em silêncio. O áudio da conversa, gravada por Joesley, foi disponibilizado na última quinta-feira (18).

No fim de semana, em pronunciamento à nação, Temer anunciou um recurso ao Supremo, questionou a legalidade da gravação e disse que há muitas contradições no depoimento de Joesley, dono do grupo JBS, como a informação de que o presidente teria dado aval para comprar o silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha, que está preso em Curitiba. Temer classificou a gravação de clandestina, manipulada e adulterada, “com objetivos nitidamente subterrâneos”. (Folhapress)

► OAB

Pedido de impeachment não teve precipitação

“O presidente Michel Temer omitiu-se ao dever legal de agir em razão de uma prática delituosa”. O trecho consta do relatório apresentado por uma comissão designada pela diretoria da OAB Nacional para analisar o cometimento de crime de responsabilidade pelo presidente da República. A comissão, dessa forma, concluiu que há indícios suficientes para abertura de processo de impeachment pela Câmara dos Deputados.

O relatório foi apresentado em reunião do Conselho Pleno da Ordem no último sábado (20), em Brasília – e, dos 26 representantes estaduais da OAB presentes, 25 votaram ‘sim’. Por conta dos cuidados tomados pela instituição, o presidente da 33ª Subseção da OAB Jundiaí, Ailton Bressan, rechaça que tenha havido qualquer espécie de precipitação na decisão. “A OAB entendeu que há elementos suficientes para a instauração do inquérito. Era uma questão relevante, e a Ordem dos Advogados do Brasil

tem participado das grandes discussões nacionais”, comenta Bressan.

O presidente da subseção jundiaense lembra, também, que o relatório foi produzido a partir do momento em que a comissão montada pela OAB teve acesso aos autos do processo que investiga o presidente da República. Bressan elenca outro ponto para justificar a não precipitação. “Em menos de um ano, são dois presidentes às voltas com processos semelhantes. A chapa Dilma/Temer já estava maculada”, opina. Ele destaca, ainda, que a OAB participou de pelo menos outros dois momentos recentes envolvendo presidentes da República em situação semelhante – como foram os casos de Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva.

“Agora, é garantir todo o amplo direito de defesa do presidente Michel Temer”, prossegue Bressan. O pedido de impeachment deve ser protocolado esta semana no Congresso. (C.S.)



BRESSAN “OAB entendeu que há elementos suficientes para a instauração do inquérito”